

## Convento de São José e Santa Teresa (Oporto, Portugal): permanencia y cambios en el espacio (siglos XVIII-XIX)

### Convent of São José and Santa Teresa (Porto, Portugal): permanences and changes in space (18th-19th centuries)

João Gadelho Novais Tavares

*Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória*

*Universidade do Porto*

ORCID: 0000-0002-1152-7129/ joao.gnovaistavares@gmail.com

DOI: 10.18002/da.i24.9183

Recibido: 31/III/2025

Aceptado: 2/VII/2025

**RESUMEN:** El estudio del Barrio Carmelita (Porto) se ha centrado en el análisis de su arquitectura como resultado de una cultura artística particular, fruto de la transformación de la zona en el siglo XIX. Sin embargo, se ha omitido la relevancia del Convento de São José e Santa Teresa en el proceso de urbanización de la región. El propósito de este estudio es, por consiguiente, comprender la vida del convento carmelita, su influencia en la evolución urbana y el proceso de secularización portugués de los edificios religiosos, considerando también las diversas adaptaciones postnacionalización del convento y la construcción prevista. La investigación se fundamenta en el análisis de fuentes escritas e iconográficas, las cuales son comparadas con la bibliografía pertinente al objeto de estudio y la evolución urbana de la ciudad. Este estudio contribuye a una visión integrada de los cambios experimentados entre 1702 y 1882, interpretando-los como el resultado de un contexto particular.

**Palabras clave:** Barrio Carmelita; Convento de São José e Santa Teresa; Porto; Orden de los Carmelitas Descalzos; Desarrollo urbano; Proceso de secularización.

**Abstract:** The study of the Carmelite Quarter (Porto) has focused on analysing its architecture as the result of a particular artistic culture, which emerged from the transformation of the area in the 19th century. Nevertheless, the significance of the Convent of São José e Santa Teresa in the urbanisation process of the area has been disregarded. The objective of this study is therefore to comprehend the Carmelite convent lifetime, its impact in the urban development and the Portuguese secularisation process of religious assets, also considering the various post-nationalisation adaptations of the convent and the planned construction. The research is grounded in analysis of written and iconographic sources, which are juxtaposed with the bibliography on the subject of study and the urban development of the city. This study contributes to an integrated view of the changes that took place between 1702 and 1882, interpreting them as the result of a particular context.

**Keywords:** Carmelite Quarter; Convent of São José and Santa Teresa; Porto; Discalced Carmelite Order; Urban development; Secularisation process.

## INTRODUÇÃO

O Quarteirão das Carmelitas é resultante de uma série de mutações, embora permaneçam aspectos diacrónicos plasmados na própria área urbana e na toponímia, sendo devedor do Convento de S. José e Santa Teresa. Este é edificado no início do séc. XVIII e permanecerá ativo até 1833, a partir do qual receberá novos usos do espaço, depreendendo adaptações no mesmo.

Note-se que o Quarteirão das Carmelitas tem vindo a ser maioritariamente estudado no seu período contemporâneo, nomeadamente com a construção do *novo Bairro das Carmelitas*, no qual se implanta o Palacete Conde de Vizela, da autoria de Marques da Silva, assim como as *Galerias de Paris*. Urge assim uma análise atualizada deste quarteirão, integrando-a concomitantemente com a evolução urbana da cidade, pelo que se destaca a tese de doutoramento de Joaquim J. Ferreira-Alves (1987) e as dissertações de Elvira Rebelo (2001) e de Ana Pereira (2017), relativamente ao estudo do convento das Carmelitas Descalças; bem como o artigo de Nuno Ferreira e Manuel Joaquim Moreira da Rocha (2013), o trabalho de Rui Tavares (2013), de Bernardo Ferrão e Fernando Távora (1989) e a supracitada dissertação de J. Ferreira-Alves, referentes à evolução urbana do Porto, particularmente do período compreendido entre a época dos Almadas e o final do séc. XIX. Mais, atender-se-á às plantas e licenças de obras relativas à área em estudo, disponíveis no Arquivo Histórico Municipal do Porto. Neste sentido, o presente trabalho pretende analisar a evolução do quarteirão das carmelitas até à projeção da destruição do Convento de S. José e Santa Teresa, procurando entender as suas implicações na urbanização desta área, as razões da sua implantação extramuros e posterior extinção, previamente ao decreto de extinção das ordens religiosa de 1834, bem como a organização do espaço conventual enquanto tal e posterior adaptação a novas funções, tendo sido o *penúltimo convento do*

*Porto a ser construído*<sup>1</sup>, mas a *primeira extinção da cidade*.

## O PENÚLTIMO CONVENTO DO PORTO

O burgo do Porto desenvolve-se na Idade Média entre dois núcleos, o Morro da Sé e a zona ribeirinha, cercados pela muralha dita fernandina. Contudo, devido ao crescimento urbano e à hipertrofia do casario no interior da cerca, há a necessidade de se expandir extramuros, sendo o Morro do Olival um destes focos. Embora não seja urbanizado sob uma direção reguladora forte, terá um impulso de desenvolvimento tendencialmente ordenado com a afora de *courelas* e a fiscalização das dimensões, tornando-se num novo bairro dissemelhante à envolvente da Sé<sup>2</sup>. É de notar que o *Campo do Olival*, extramuros, pertencera à mitra portuense, passando em 1331 para a posse do concelho, sendo imposto que nesta área não se deveria edificar uma nova cordoaria<sup>3</sup>, igrejas, feiras e matadouros, conquanto estas imposições sejam transgredidas, excetuando a última<sup>4</sup>. Urbanisticamente, o Porto conhece um *volte-face* no final do séc. XVI, com a implantação de novas ordens religiosas, as quais edificam complexos de grandes dimensões, como o Convento de S. João Novo, dos agostinianos, ou o Convento de S. Bento da Vitória, dos beneditinos<sup>5</sup>. Quanto ao *Campo do Olival*, a sua importância no crescimento da cidade é atestada no período filipino, construindo-se, junto ao Convento de S. Bento da Vitória, a

<sup>1</sup> Ana Cristina da Cunha Pereira, "Os conventos do Porto. Descontinuidades, transformação e reutilização" (tesis de máster, Porto, 2017), 299.

<sup>2</sup> Arnaldo Sousa Melo, "Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 – c. 1415" (tesis doctoral, Minho, 2009), 246.

<sup>3</sup> O Bispo detinha o rédito de uma cordoaria já existente no Olival.

<sup>4</sup> Eugénio da Cunha e Freitas, *Toponímia portuense* (Matosinhos: Contemporânea, 1999), 227-228.

<sup>5</sup> Rui Tavares, *Recentrocidade. Memória e Refundação Urbana – Território. Cidade. Arquitectura* (Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013), 391.

Casa da Relação e Cadeia do Porto e uma alameda, o que contribui para a urbanização do *Olival*<sup>6</sup>. Note-se que a Porta do Olival é considerada uma das principais da cerca, dividindo as freguesias da Vitória (intramuros) e de Santo Ildefonso (extramuros)<sup>7</sup>, partindo daqui as estradas para a Província do Minho.

Nesta área situar-se-ão paulatinamente diversos complexos monásticos e estabelecimentos assistenciais, nomeadamente o Mosteiro de São Bento da Vitória (1598), o Convento dos Religiosos Eremitas de Santo Agostinho, o Convento dos Carmelitas Descalços (1619), o Colégio de Nossa Senhora da Graça (1651), o Recolhimento do Anjo (1672), o Convento de S. José e Santa Teresa das Carmelitas Descalças (1704) e a Igreja e Hospital da Irmandade dos Clérigos (1732-1758), afirmando-se como um dos novos polos de desenvolvimento extramuros. Destaca-se ainda a existência do Correio-Mor, instalado ao longo do tempo em edifícios sitos entre a Rua da Fábrica e a Calçada dos Clérigos<sup>8</sup> até 1833, nomeadamente no palácio de João Soares de Carvalho desde o final do século XVII, fixando-se na própria toponímia do local – *Largo do Correio, Rua do Correio-Mor* – até ao XIX.

A fundação do Convento de S. José e Santa Teresa surge na sequência do pedido expresso de Frei Pedro de Jesus, Padre Geral dos Carmelitas Descalços, a D. Pedro II, que permite a sua construção por alvará de 26 de abril de 1701<sup>9</sup>. O convento inicia o seu funcionamento a 12 de junho de 1712, com a

6 Tavares, *Recentrocidade....*

7 Note-se que no séc. XVIII a cerca delimitava as duas paróquias, não correspondendo à extensão atual das freguesias homónimas, visto que a *Cordoaria* e o bairro das Carmelitas passaram a pertencer à freguesia da Vitória com o *Plano de divisão e arredondamento das paróquias* (1841).

8 F. Oliveira Pinto, “Casas do Correio no Porto”, *O Tripeiro*, Série Nova, ano XXII (2003), 277.

9 Joaquim Jaime Ferreira-Alves, “O Porto na Época dos Almadas (1757-1804) – Arquitetura e Obras Públicas (tesis doctoral, Porto, 1987), 135.

chegada das primeiras religiosas, da ordem das Carmelitas Descalças, das quais a Madre Maria Teresa de Jesus, proveniente do Convento de Carnide, conjuntamente com quatro religiosas provenientes de outros conventos<sup>10</sup>, entrando posteriormente em clausura<sup>11</sup>.

A Ordem das Carmelitas Descalças, fundada por Santa Teresa d’Avila em 1562, é uma reforma da Ordem das Carmelitas, tendo-se implantado em Portugal em 1584, no Convento de Santo Alberto de Lisboa<sup>12</sup>, sendo a primeira prioressa Madre Maria de S. José<sup>13</sup>. Seguiram-se outros conventos, como o Convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide (1642), Convento de S. João Evangelista de Aveiro (1657), o Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição dos Cardais, em Lisboa (1681), entre outros (Fig. 1).

Perante o pedido da Madre Maria Teresa de Jesus para demarcação da cerca e do convento, o Senado portuense acorda a sua construção, a 19 de julho de 1702<sup>14</sup>, em terrenos baldios do Olival, no *Campo da Via-Sacra* (ou *Calvário Velho*), onde existia a ermida de São Sebastião<sup>15</sup>, com a condição de que “as mulheres que admitirem para religiosas serão preferidas as fidalgas e nobres desta cidade”<sup>16</sup>, vindo a ser fundado pelo D. Frei

10 Manuel da Mota e Silva, *Galeria das Ordens Religiosas e Militares desde a mais remota antiguidade até aos nossos dias* (Porto: Typographia na Rua Formosa, 1843), 190.

11 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Santo Ildefonso, Porto. Memórias Paroquiais*, vol. 30, n.º 231a, 2649-1696, fl. 4

12 Belchior de Santa Ana, *Chronica de carmelitas descalços: particular da província de S. Philippe do reyno de Portugal [...], Tomo I* (Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1675), 123-128.

13 João do Sacramento, *Chronica de carmelitas descalços: particular da província de S. Philippe do reyno de Portugal [...], Tomo II* (Lisboa: Officina Ferreyrenciana, 1721), 545-547.

14 Pereira, “Os conventos do Porto...”, 298.

15 Elvira Maria Almeida Rebelo, “Da clausura ao século: o destino de dois espaços conventuais do Porto” (tesis de máster, Porto, 2001), 71.

16 Ferreira-Alves, “O Porto na Época dos Almadas...”, 135.

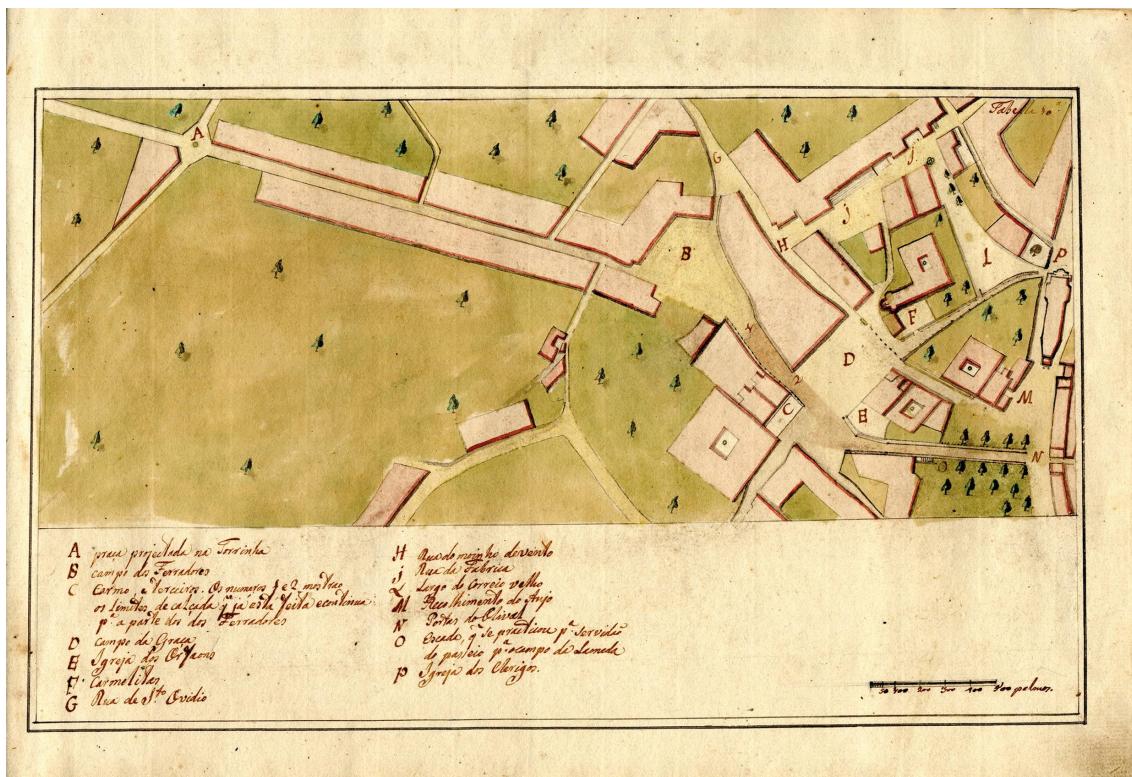


Fig. 1. Implantação do Convento das Carmelitas (letra F) (1789). Teodoro de Sousa Maldonado. Fonte: AHMP, *Mapas das obras públicas que estiveram em ação neste presente ano de 1789*, fl. 11, Junta das Obras Públia. TG-a/687 (Id. 378330).

José de Saldanha em 1704<sup>17</sup>. Em 1738 aumentam a área por doação, devendo-se deixar livre trinta palmos de distância do muro para “serventia e estrada pública”<sup>18</sup>. O convento teria capacidade para vinte religiosas, ultrapassando a vontade de Sta. Teresa de comunidades de pequena dimensão, com um máximo de treze elementos<sup>19</sup>.

A sua implantação extramuros prender-se-á com a necessidade de uma área vasta que agregue o convento e respetiva cerca, visto o centro urbano portuense estar sobrelotado. No entanto, mantem-se próximo da muralha da cidade, pelo que aufere maior proteção às religiosas, assim como situa-se perto do convento dos carmelitas descalços,

seus irmãos monásticos. Note-se que os conventos mendicantes, embora relegados para os arrabaldes das cidades, necessitam de estar próximos da população para poderem prestar serviços de assistência e caridade aos mais pobres. Denota-se assim uma tendência de crescimento urbano centrífugo, já iniciada pela localização do Convento de Monchique e da Serra do Pilar<sup>20</sup>.

A sua construção dilata-se entre 1702, quando se iniciam os dormitórios a nascente e dois coros, e 1732, com a conclusão da capela-mor em pedraria, sendo mestre rebedor das abobadas de tijolo e dos telhados, Domingos dos Santos<sup>21</sup>, e madeireiro, Francisco da Silva<sup>22</sup>. Existia ainda uma enfermaria, cozinha e sacristia.

17 Silva, *Galeria das Ordens Religiosas ...*, 190.

18 *Idem*, 136.

19 Isabel Tavares de Pinho, “As Carmelitas do Desterro de Viana do Castelo”, *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. VII-VIII (2009), 325.

20 Tavares, *Recentrocidade...*, 391

21 Ferreira-Alves, “O Porto na Época dos Almada...”, 137.

22 Rebelo, “Da clausura ao século...”, 72

A capela-mor do convento, construída na Ala noroeste do complexo em 1704<sup>23</sup>, possuía uma planta em cruz latina, sendo o transepto pouco profundo e arredondado, facto que Paulo Varela Gomes aponta como sendo influência da coetânea construção da Basílica de Mafra<sup>24</sup>. Era composta por quatro altares, estando colocada no altar-mor uma imagem de Cristo Crucificado proveniente do Mosteiro de Santa Clara<sup>25</sup>.

À semelhança dos restantes conventos femininos, a entrada na igreja era realizada lateralmente, na fachada sul, de modo a poder albergar dois coros, apesar de não possuir o coro-baixo em frente ao altar-mor, sendo este espaço substituído por uma porta frontha de acesso à portaria de servidão geral do convento. Esta opção replica a tipologia arquitetónica do Convento das Albertas (Lisboa), reproduzida sequentemente no Convento dos Cardais (Lisboa) e no Convento Novo (Évora), a qual abre duas portas para o pátio que intermeia com o exterior, uma *de fora* e outra *de dentro*, com a portaria a localizar-se sob o coro alto, com entrada a eixo para a igreja<sup>26</sup>. Assim, a portaria do convento em estudo era acedida através de um pátio a sul, no qual um portal com grades de ferro demarcava a rua das carmelitas<sup>27</sup>. Este sucessivo condicionamento da entrada corrobora a ideia de clausura e a separação entre *religião* e *século*, podendo funcionar como vestíbulo a quem visitasse o convento<sup>28</sup>. Im-

23 Teve como mestres pedreiros: José Rodrigues, Agostinho Rebelo, Manuel Moreira, João Moreira e Manuel Mendes. Ferreira-Alves, "O Porto na Época dos Almadas...", 137.

24 Paulo Varela Gomes, "As igrejas conventuais de Freiras Carmelitas Descalças em Portugal e algumas notas sobre arquitectura de igrejas de freiras", *Museu*, nº 9 (2000), 92.

25 ANTT, *Santo Ildefonso, Porto. Memórias Paroquiais*, vol. 30, nº 231a, 2649-1696, fl. 4

26 Gomes, "As igrejas conventuais ...", 90-92.

27 Henrique Sousa Reis, *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. IV (Porto: Biblioteca Municipal, 1999), 177-178.

28 Maria Luísa Jacquinet, "Corpos de clausura. Re-

porta salientar que a separação do convento e da via pública através de pátios cerrados é uma característica associada às igrejas carmelitas espanholas<sup>29</sup>, ou construídas em Portugal durante a União Ibérica, como é o caso do convento masculino de Nossa Senhora dos Remédios (ou de São Filipe), em Lisboa, característica esta que terá influenciado o léxico formal dos conventos carmelitas portugueses.

Em 1704 delimitam a cerca<sup>30</sup>, na qual existia um cruzeiro e uma sineta. Embora esta não assumisse uma dimensão vasta, visto o número de religiosas não o exigir, permitia, contudo, a existência de árvores de fruto e canteiros ou hortas ordenadas, a julgar pela planta de Joaquim da Costa Lima (1839). Era dividida em dois patamares, vencendo o desnível do terreno, existindo uma escadaria de lanço duplo. Neste sentido, possibilitaria a subsistência alimentar do convento, indo ao encontro do princípio asceta que rege a Ordem dos Carmelitas Descalços<sup>31</sup> (Fig. 2).

Por sua vez, o claustro, localizado a norte, albergava um chafariz oitavado ao centro, no qual figurava uma escultura em granito de um menino abraçado a uma águia<sup>32</sup>. A água é essencial à vida do claustro, assumindo-se igualmente enquanto elemento simbólico (analogia à fonte da sabedoria ou aos quatro rios do Paraíso), com um sentido de purificação<sup>33</sup>. Os claustros reinvocam assim a ideia de *ortus conclusus*, difundida

flexões sobre a arquitectura monástica feminina na época moderna", *Revista digitAR*, nº 2 (2015), 233.

29 Gomes, "As igrejas conventuais ...", 87.

30 Ferreira-Alves, "O Porto na Época dos Almadas...", 137.

31 Teresa Andresen y Teresa Portela Marques, "A Cerca: uma paisagem entre o sagrado e o profano", *Monumentos: Revista semestral de edifícios e monumentos*, nº 20 (2004), 12-13.

32 Reis, *Apontamentos...*, 178.

33 Constanza Ronchetti, "Do jardim místico ao jardim profano: para uma leitura dos jardins medievais portugueses", *Revista de História da Arte*, nº 7 (2009), 268.



Fig. 2. Planta do Convento das Carmelitas (c. 1833). Joaquim da Costa Lima Júnior. Fonte: AHMP, *Plano do extinto Convento das Carmelitas e cerca imediata*, 18??, [Projetos sem seguimento e duplicados], D-CDT/A3-550 (id. 424494).

nos textos e cânticos bíblicos<sup>34</sup>, concebendo-se um espaço quadrangular vedado, numa alusão aos *quatro cantos do Universo*, como S. Bernardo de Claraval defende<sup>35</sup>. É o centro da comunidade conventual. Esta conceção do claustro enquanto espaço sagrado, um *jardim-paraiso*<sup>36</sup>, é herdeira dos jardins islâmicos, os *pairidaeza*, nos quais já é associada a aprazibilidade a este espaço regular e ajardinado<sup>37</sup>, sendo a água um elemento central e essencial. Aqui confluem elementos sensi-

tivos, como a essência das flores e *plantas de virtudes* e o som da água do chafariz, contribuindo para a ideação do claustro enquanto lugar de reclusão e aproximação ao divino.

Embora fosse recorrente o tratamento plástico do interior das igrejas setecentistas com talha dourada, azulejos e imagens polícromadas, podendo contrastar arquitetonicamente com a aparência austera e simples das mesmas, este convento não se destacou pelo fausto ornamental<sup>38</sup>, como descreve Sousa Reis.

[...] he pequeno porem regular e seu interior era bella (sic), assim como pella com-

34 Ronchetti, "Do jardim..."

35 Ronchetti, "Do jardim..."

36 Ronchetti, "Do jardim...", 278.

37 Elizabeth B. Moynihan. *Paradise as a garden in Persia and Mughal India* (New York: George Braziller, 1979).

38 Rebelo, "Da clausura ao século...", 74.

postura e ordem na disposição das alfaias, mais que pela sua riqueza, pois era de todos os mosteiros do Porto o mais pobre, e em que menos ostentação se desejava impor”<sup>39</sup>.

Desconhece-se o autor do traçado do convento, embora Joaquim Ferreira-Alves avance a possibilidade de se tratar de um arquiteto residente no Porto, por se discriminar no contrato de obras que em caso de dúvidas no projeto dever-se-ia consultar o autor; podendo-se tratar de João Pereira dos Santos<sup>40</sup>, testemunha do mesmo contrato e afamado arquiteto portuense, autor da nova Casa do Cabido<sup>41</sup>.

O convento reflete assim os votos de pobreza na sua sobriedade volumétrica e despojamento ornamental, bem como na vida austera das freiras carmelitas, plasmado na disposição e dimensão das celas e na escassez e pequena abertura dos vãos<sup>42</sup>, potenciando um ambiente pouco arejado e parcamente iluminado, mas de misticismo, propício ao recolhimento e à oração – a ascese<sup>43</sup>. Ainda é visível na sobriedade que pauta os dois níveis do convento, concentrando a decoração exterior exclusivamente no portal de entrada, rematado por um frontão triangular interrompido e encimado por um nicho. Tal vai ao encontro das disposições da regra carmelita relativamente à arquitetura e decoração das igrejas<sup>44</sup>, as quais deveriam

39 Reis, *Apontamentos...*, 177.

40 Ferreira-Alves, “O Porto na Época dos Almadas...”, 136-137.

41 Joaquim Jaime Ferreira-Alves, “Arquitectos/Riscadores, Artistas e Artífices que trabalharam na Sé do Porto nas obras promovidas pelo Cabido durante a Sede Vacante de 1717 a 1741”, em *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, coord. por Natália Marinho Ferreira-Alves (Porto: CEPSE, 2007), 195.

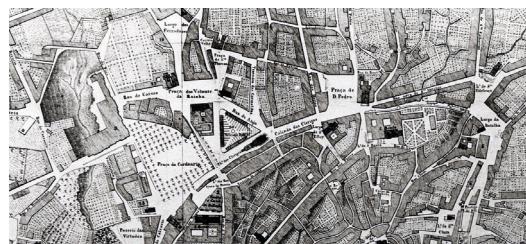
42 Reis, *Apontamentos...*, 175.

43 Jacquinot, “Corpos de clausura...”, 231.

44 Relativamente às diferentes constituições da Congregação dos Carmelitas Descalços, leia-se Lúcia Marinho, “Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII” (tesis doctoral, Lisboa, 2018), 98-101



▪ Fig. 3. Vista do Convento das Carmelitas (1857-1864). Atribuída a Antero de Seabra. Fonte: Coleção Privada de Nuno Borges de Araújo



▪ Fig. 4. Pormenor da planta do Porto de Joaquim da Costa Lima (1839). Fonte: AHMP, *Planta topográfica da cidade do Porto*, Fotografia F-P/CMP/11/65 (Id. 315549).

ser simples, demonstrando a pobreza e austerdade em que vivam<sup>45</sup>.

“A sua Igreja, he hum devotíssimo Sanctuário: as festividades que nella se celebrão, o aceio, a gravidade, o silencio, e a modéstia tudo infunde hum sagrado terror”<sup>46</sup>. (Fig. 4).

A partir da segunda metade do séc. XVIII, o Porto recebe uma intervenção urbana mais significativa, com impulso de João de Almada e Melo e Francisco de Almada e Mendonça, sob a égide da Junta das Obras Públicas, no que ficou conhecido como *Porto Almadino*, contando com o apoio da Companhia da Agricultura das Vinhas do

45 Gomes, “As igrejas conventuais ...”, 83-84;

46 Agostinho Rebelo da Costa, *Descripção topográfica, e histórica da cidade do Porto* (Porto: Officina de António Alvarez Ribeiro, 1789), 120.

Alto Douro<sup>47</sup>. A ação de João de Almada e Melo é herdeira da reconstrução pombalina de Lisboa, por se reconhecer a necessidade de modernização da cidade, em franca expansão comercial e demográfica, criando-se para tal a Junta de Obras Públicas (1763<sup>48</sup>), por si presidida<sup>49</sup>. Assim, constroem-se praças, traçam-se eixos ortogonais e regularizam-se a malha urbana segundo uma planificação prévia, particularmente nos novos bairros extramuros<sup>50</sup>, habitados essencialmente pela elite portuense, podendo-se para tal recorrer a expropriações<sup>51</sup>. O projeto é continuado por Francisco de Almada e Mendonça, seu filho, enquanto Inspetor das Obras Públicas nas Províncias do Norte<sup>52</sup>. À semelhança da reforma urbanística da baixa pombalina, a expansão do burgo portuense, fora do núcleo central da cidade, será realizada através de pequenos focos de urbanização, segundo os mesmos princípios de clareza, ordem e racionalidade (iluminismo), pelo que entre as décadas de 1760-1780, irão: 1) definir novo eixo radical de expansão; 2) reconstruir o núcleo medieval preexistente; e 3) abrir e articular os novos eixos de expansão<sup>53</sup>. No entanto, apesar das condições políticas e socioeconómicas serem semelhantes entre Lisboa e Porto, o processo urbanístico encontra dissemelhanças, uma vez que a pri-

47 Nuno Ferreira y Manuel Joaquim Moreira da Rocha, "Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo da programação dos Almadas ao plano de 1952", *Revista CEM*, nº 5 (2013), 191.

48 Embora a sua criação seja apontada para 1758, apenas entra em funcionamento em 1763. Ferreira-Alves, "O Porto na Época dos Almadas...", 393.

49 *Idem*, 53.

50 Ferreira y Rocha, "Etapas de consolidação da paisagem urbana...", 192.

51 Permitido por Carta Régia, de 4 de janeiro de 1769.

52 Ferreira-Alves, "O Porto na Época dos Almadas...", 86.

53 Bernardo Ferrão y Fernando Távora, *Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas: 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina* (Porto: FAUP Publicações, 1989), 107-108.

meira encontra-se totalmente destruída pelo terramoto, exigindo necessariamente a sua reconstrução, enquanto o Porto pressuporá a destruição de parte do antigo burgo, havendo a necessidade de justificá-lo ideologicamente, nomeadamente com a vontade de dotar a cidade de condições que fomentem o seu desenvolvimento futuro. Ainda, enquanto em Lisboa seguem-se planos e diretrizes de Manuel da Maia e Eugénio dos Santos; no Porto, existe uma prática mais empírica, sem um programa global pré-definido e sem visão de conjunto até 1784, com o *Plano de Melhoramentos*<sup>54</sup>.

Neste sentido, o aglomerado urbano que se vinha a desenvolver junto à Porta do Olival recebe uma ação regularizadora ao ser um dos novos eixos de expansão. Esta zona, embora próxima do centro da cidade, demarcar-se-á pela existência de arruamentos mais retilíneos e de quarteirões de maiores dimensões, bem como por várias praças que permitem o arejamento urbano e regularização do espaço, como é o caso da Praça da Cordoaria, o Largo de Santa Teresa e o *Campo da Graça* (Praça do Carmo), nas imediações do Convento das Carmelitas. Embora estas não possuam a escala e ortogonalidade que caracterizam as novas expansões da zona alta da cidade, permitem o desafogo urbanístico. Com a edificação da nova Cadeia e Tribunal da Relação (1752-1796) e de passeios públicos, e com o derrube de parte da muralha, o Olival passará a ser, na segunda metade do séc. XVIII, uma das zonas de maior prestígio da cidade, com um traçado urbano modernista, diverso da escala anterior (Fig. 5).

No início do séc. XIX constrói-se igualmente um novo aqueduto, com desenho de Carlos Amarante, vindo do Largo do Mirante (atual Praça Coronel Pacheco) até à testeria da igreja das Carmelitas<sup>55</sup>, na qual existia uma fonte para abastecimento de água pú-

54 *Idem*, 174-175.

55 Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), *Planta e perfil do novo aqueduto [...]*, 1809, Livros de plantas, D-CDT/A5-11 (id. 331960).

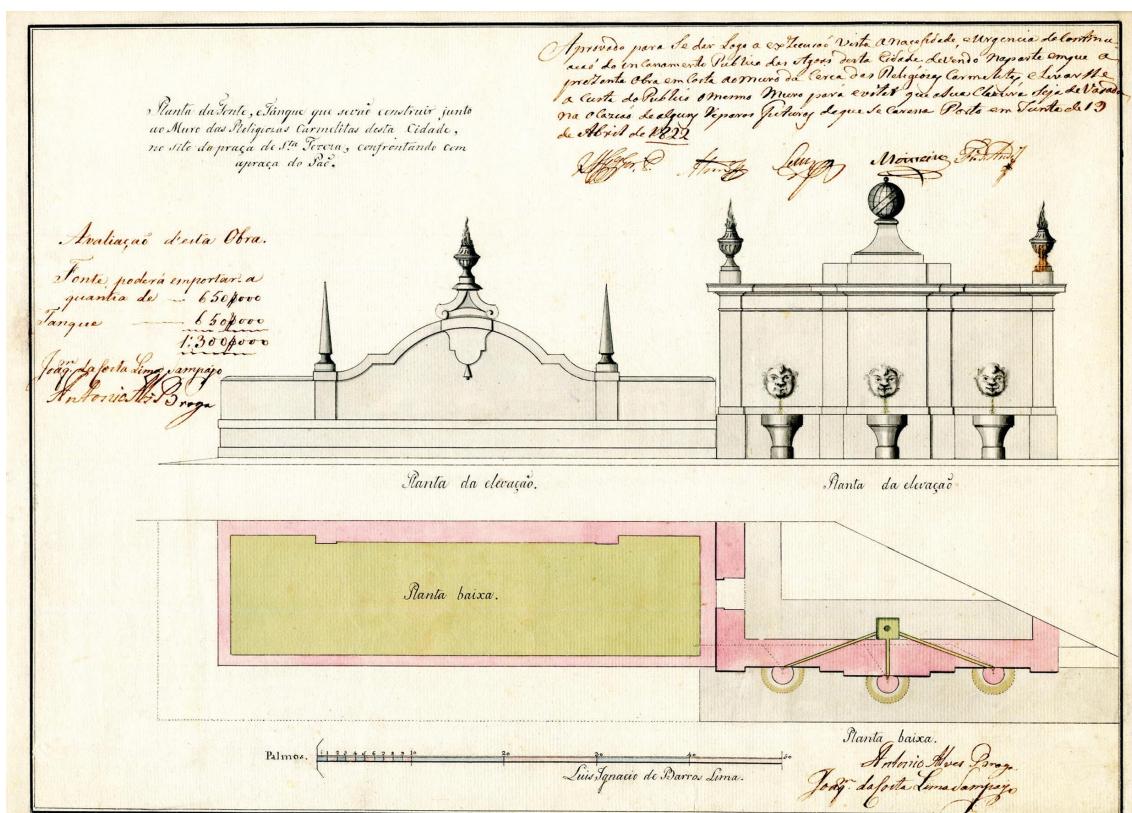


Fig. 5. Projeto da Fonte de Santa Teresa (1822). Fonte: AHMP, *Planta da fonte e tanque que se vão construir junto ao muro das Religiosas Carmelitas*, 1822, Livros de plantas. D-CDT/A3-38 (id. 328185).

blica. Em 1818 discute-se a alteração do sítio da mesma fonte, de modo a desimpedir a Praça do Pão<sup>56</sup> (Praça do Carmo), projetando-se em 1822 uma fonte e tanque junto à cerca das Carmelitas na Praça de Santa Teresa<sup>57</sup>.

Em 1829, a Madre Prioresa e as religiosas carmelitas constroem na sua cerca, no gaveto da Rua das Carmelitas com a Praça do Pão, um conjunto de oito moradias<sup>58</sup>, impulsionando urbanisticamente o quarteirão através do parcelamento e aproveitamento da cerca para prédios de rendimentos. As

mesmas seguiam um traçado regular, agrupando-se num total de três blocos de três níveis. De notar que por volta do fim do primeiro quartel do séc. XIX se constrói, junto à cerca das carmelitas, a nascente, vinte e seis barracas, pertencentes à Câmara do Porto<sup>59</sup> e arrendadas por privados<sup>60</sup> que aí instalam as suas lojas, pelo que contribui para o desenvolvimento comercial e para a urbanização desta área através da construção de um passeio ao longo da via (Fig. 6).

## PRIMEIRA EXTINÇÃO DA CIDADE

Aquando do cerco do Porto pelas hostes miguelistas, dez das onze freiras carmelitas existentes no convento, apavoradas pelo

56 AHMP, *Planta baixa que mostra a figura que tem a Praça do Pão, Rua do Moinho de Vento e Praça de Santa Teresa*, 1818. (id. 327989).

57 AHMP, *Planta da fonte e tanque que se vão construir junto ao muro das Religiosas Carmelitas*, 1822, Livros de plantas. D-CDT/A3-38 (id. 328185).

58 AHMP, *Cópia de planta para a construção de oito moradias de casas que a Madre Priora e mais religiosas do Convento das Carmelitas [...] pretendem fazer [...]*, 1829, Plantas de casas, D-CMP/7(1) - f. 36 (id. 422325).

59 AHMP, *Plano do extinto Convento das Carmelitas e cerca imediata*, 18??, [Projetos sem seguimento e duplicados], D-CDT/A3-550 (id. 424494). Note-se que este plano é realizado pós extinção do convento.

60 Rebelo, "Da clausura ao século...", 90-91.

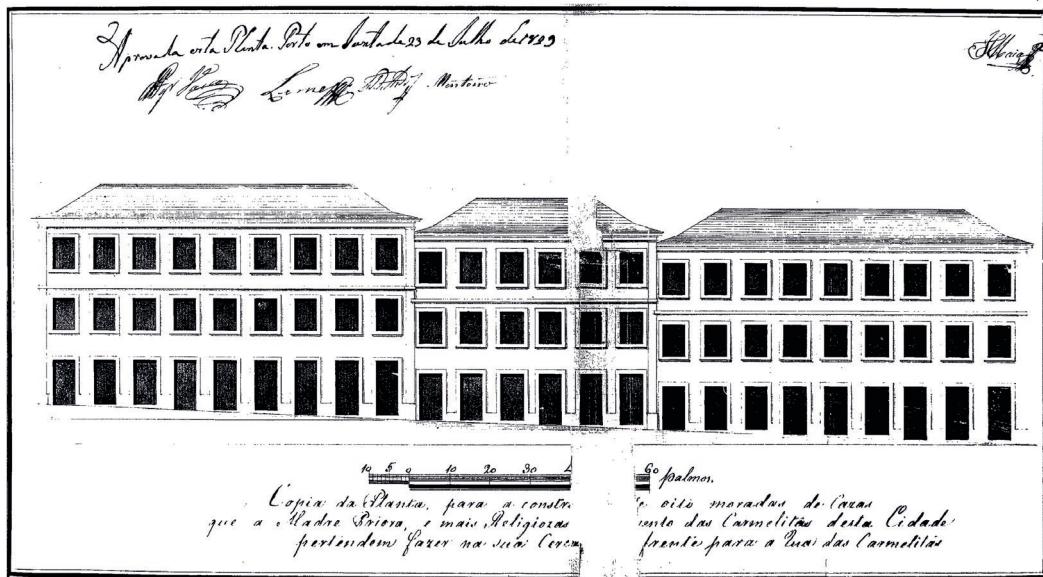


Fig. 6. Projeto de moradias das Religiosas Carmelitas. Fonte: AHMP, *Cópia de planta para a construção de oito moradas de casas que a Madre Priora e mais religiosas do Convento das Carmelitas [...] pretendem fazer [...]*, 1829, Plantas de casas, D-CMP/7(1) - f. 36 (id. 422325).

exército liberal na cidade, intentam fugir do convento em 1833, à semelhança dos frades carmelitas no ano anterior. Contudo, são intercetadas nas linhas liberais junto à Lapa e consequentemente julgadas e conduzidas ao Mosteiro de S. Bento de Avé-Maria, onde aguardam o seu destino, relegando o Convento de S. José e Santa Teresa ao abandono.

O convento é então nacionalizado nesse mesmo ano sob a égide liberal portuense, através do decreto de 15 de maio de 1833, que extingue e integra no Estado todos os conventos e demais edifícios religiosos abandonados da cidade do Porto<sup>61</sup>, tornando-se a primeira extinção da cidade. Posteriormente, em 1834 extinguir-se-ão as ordens religiosas em Portugal e incorporar-se-ão na Fazenda Nacional os *bens de mão morta*<sup>62</sup>, que virão na sua maioria a ser vendidos em hasta

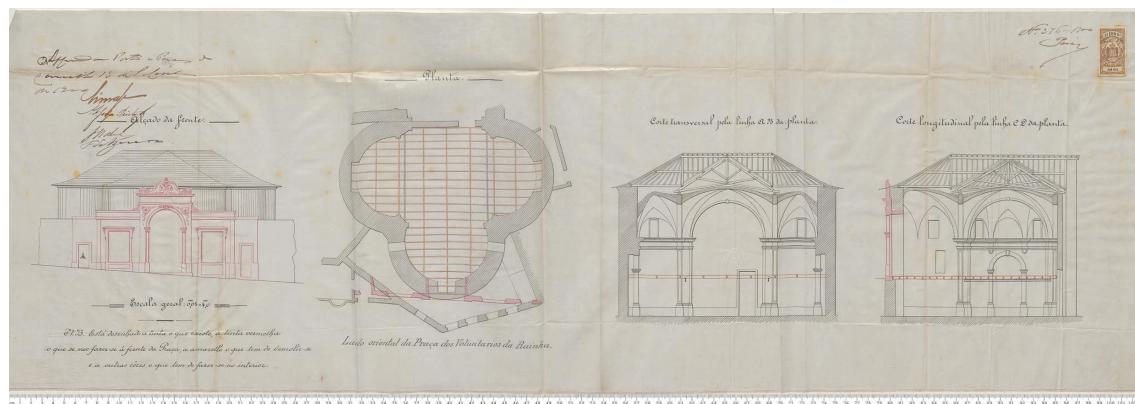
pública. Assim, o fenómeno de secularização dos bens religiosos, em contexto nacional, principia no Porto, motivado pelo espírito revolucionário que impulsionava o exército liberal e pelo estado de abandono em que encontraram grande parte destas propriedades, levando à sua profanação e distribuição do espólio<sup>63</sup>. O decreto de 15 de maio de 1833 permite, desta forma, organizar e dispor legalmente dos referidos bens (tanto pertencentes a corporações masculinas como femininas), assegurando a conservação de objetos de valor, mas votando o destino de parte dos conventos portuenses à extinção, previamente à extinção das ordens religiosas em todo o país (Fig. 7).

O Convento embora não seja destruído ou profundamente mutilado conhece uma coexistência de usos devido ao arrenda-

61 António Martins Silva, "A venda dos bens nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835", *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX (Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1981), 70.

62 Rebelo, "Da clausura ao século...", 60.

63 Rute Massano Rodrigues, "Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)", (tesis doctoral, Lisboa, 2017), 109-110.



▪ Fig. 7. Alçados e planta do projeto de aformoseamento da igreja no extinto Convento de S. José e Santa Teresa (1900). Fonte: AHMP, *Licença de obra n.º: 214/1900, 1900, Plantas de casas, D-CMP/7(163) - f. 93-97* (id. 72781), fl. 94.

mento e à cedência de várias parcelas, contribuindo para agravar o seu estado de conservação. Entre 1833 e 1857, fixa-se na antiga igreja do convento uma repartição do Correio, instalando-se posteriormente a estação da Malaposta, que inicia as remodelações em 1861<sup>64</sup> para albergar cavalariças e escritórios<sup>65</sup>. Relega-se assim a função religiosa do edifício, passando a incorporar exclusivamente funções civis e comerciais. Note-se que em 1900 é requerido à Câmara a alteração do interior da antiga capela e de parte da fachada voltada para a *Praça dos Voluntários da Rainha*, de modo a *aformosear* e adaptar a mesma a um “negócio de fazendas brancas e miudezas”<sup>66</sup>. O convento é ainda ocupado na mesma altura pela “Escola Normal; uma estação de polícia; o telegrafo; a direcção das Obras Publicas; uma associação académica; o colegio de Patrício Teodoro Alvares Ferreira”, mas também o afamado botequim “salo Americano”<sup>67</sup>.

Concomitantemente, assiste-se à vontade de urbanização desta área segundo uma planificação regularizadora, sendo já visível em 1834, com a aprovação do corte de parte

64 Rebelo, “Da clausura ao século...”, 82-84.

65 Firmino Pereira, *O Porto d’Outros Tempos* (Porto: Livraria Chardron, 1914), 116.

66 AHMP, *Licença de obra n.º: 214/1900, 1900, Plantas de casas, D-CMP/7(163) - f. 93-97* (id. 72781), fl. 94.

67 Pereira, *O Porto...,* 116.

da cerca e da igreja para estabelecimento do Correio<sup>68</sup>, e em 1838, quando o Governo cede parte do pátio e da cerca à Câmara para alargamento da rua das Carmelitas<sup>69</sup>. Note-se que o terreno de privados adjacente ao convento, no gaveto entre o Largo de Santa Teresa e a Rua da Fábrica, a norte, fora já parceleado na década de 1830, construindo-se um conjunto de edifícios de gaveto, substituindo os poucos edifícios que existiriam nesta área.

Apesar da venda em hasta pública de determinadas parcelas do convento e respetiva cerca ocorrerem já entre 1837 e 1842<sup>70</sup>, a Câmara Municipal acabará por ser a detentora da sua totalidade, através da aquisição de edifícios e terrenos e da arrematação de outros. Pretende assim reestruturar a área urbana com vista ao *aformoseamento* e à modernização da cidade, como é o caso do *Plano de Melhoramentos da cidade* de 1881, no qual se evidencia a vontade em melhorar as vias de circulação e a salubridade das habitações e em construir-se novos mercados<sup>71</sup>, centrando-

68 AHMP, *Plano topográfico exigido pela Ilustríssima Câmara Municipal [...] para mostrar alguns alinhamentos em projeto e aprovados, 1834, Livros de plantas, D-CDT/A3-186* (id. 333131).

69 Note-se que no terreno oposto à Rua das Carmelitas encontrava-se o Mercado do Anjo. Rebelo, “Da clausura ao século...”, 94.

70 *Idem*, 85.

71 Tavares, *Recentrocidade...*, 55-57.

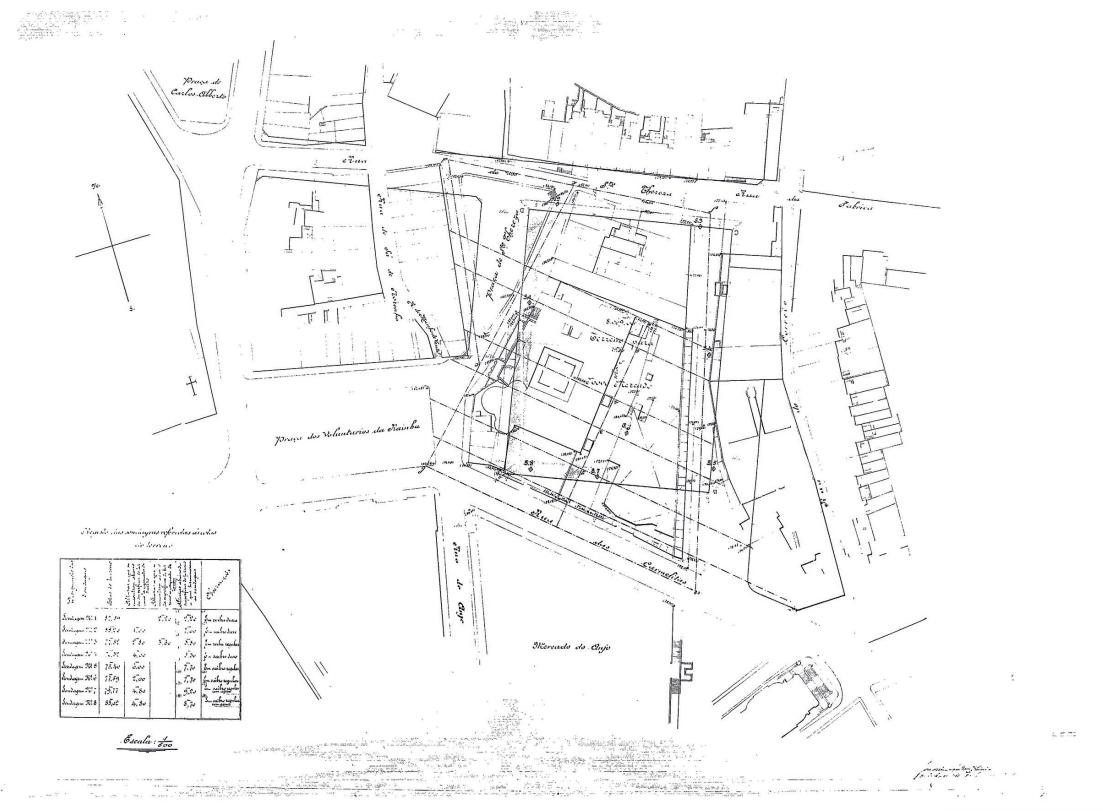


Fig. 8. Projeto para o Mercado das Carmelitas (1888). Joaquim Augusto da Costa Oliveira. Fonte: AHMP, *Projeto para o Mercado das Carmelitas*, 1888, [Plantas e projetos diversos], D-CDT/A5-25 (id. 538804).

do-se em determinadas zonas da cidade<sup>72</sup>, como é o caso do Bairro das Carmelitas<sup>73</sup>. Integrado numa estratégia municipal de mercados públicos, projeta-se para aqui um mercado coberto de grandes dimensões<sup>74</sup>, no qual agregar-se-iam “os adelos, os trapeiros, e os vendedores de sapatos que actualmente estacionam junto á igreja dos Clérigos”<sup>75</sup>, num primeiro nível, assim como o comércio existente no mercado do Anjo, no nível superior.

72 Ferreira y Rocha, “Etapas de consolidação da paisagem urbana...”, 202-203.

73 Sobre os projetos urbanísticos para o novo Bairro das Carmelitas, no início do século XX, consulte-se José Pedro de Galhano Tenreiro, “O Bairro das Carmelitas, no Porto: notas sobre o seu processo de loteamento”, *Romanthis*, nº 2 (2023), 156-189.

74 AHMP, *Projeto para o Mercado das Carmelitas*, 1888, [Plantas e projetos diversos], D-CDT/A5-25 (id. 538804).

75 José Augusto Correia de Barros, *Plano de Melhoramentos da cidade do Porto* (Porto, 1881), 8.

Existe uma vincada vontade camarária em edificar o referido mercado, um edifício-quarteirão em ferro e vidro, seguindo as tendências artístico-culturais, permitindo o *aformoseamento* de uma das áreas urbanas mais centrais da cidade e a disponibilização à comunidade de uma grande área comercial. O projeto será consecutivamente revisto e ampliado, inclusivamente por Marques da Silva, sendo definitivamente abandonado na viragem do século, com a decisão, em 1902, pela alienação do terreno e início do seu processo de parcelamento, aprovando-se a planta do novo ordenamento em 1903. Apesar de o próprio plano ser alterado várias vezes, resulta na abertura de uma via perpendicular à Rua das Carmelitas e no loteamento da área em 35 terrenos, a leiloar. Daqui surgirão, rapidamente, projetos para a construção dos novos edifícios no bairro, como é o caso da Livraria Chardron (atual Livraria Lello),

o primeiro a ser apresentado a licenciamento, logo em março de 1904<sup>76</sup>.

No entanto, anteriormente a este processo de loteamento, é de notar a permanência da ocupação de estabelecimentos comerciais no lado norte e este do complexo, voltados para o Largo de Santa Teresa e para a Rua da Fábrica, respetivamente, onde “em casas terreas achavam-se estabelecidas varias tabernas com o competente ramo de loureiro á (sic) porta, e seus estábulos anexos, onde os recoveiros, padeiros e lavradores que negociaiam na *Feira do Pão*, comiam e guardavam os seus machos”<sup>77</sup>.

Apesar da cedência de parte da cerca, em 1839, para a implantação de um Teatro Nacional, e posteriormente, em 1845, à Sociedade Filarmónica Portuense<sup>78</sup>, o espaço de espetáculo que mais se afirmou na história da cidade foi o teatro-barraca (ou circo) que aqui funcionou a partir da década de 1860. Ocupava um barracão junto ao convento, no qual Paul Barbanot (ou Barnabó) apresenta em 1865 animais selvagens, prática continuada por Marcelo Servini<sup>79</sup>. A partir de 1869 passam a apresentar-se espetáculos de variedade, sendo estes barracões arquiteturas efémeras em madeira e lona.

“As paredes e a cobertura do theatro nem pareciam de pinho. Estavam profusamente revestidas de bandeiras. Junto ao palco e na plateia, viam-se de um lado e outro grandes vasos com flores. Do tecto pendiam varios lustres abundantemente illuminados. Nos intervalos tocavam uma banda marcial colocada em um coreto por cima da porta de entrada. Damascos, tapetes e outros adornos completavam o aspecto garrido que offerecia o recinto onde se celebrava a festa do tenor portuguez”<sup>80</sup>.

76 Tenreiro, “O Bairro das Carmelitas...”, 159-170.

77 Pereira, *O Porto...*, 115.

78 Rebelo, “Da clausura ao século...”, 85.

79 Pereira, *O Porto...*, 116-117.

80 “Theatro das Carmelitas”, *O Comércio do Porto*, 12 de enero de 1871.

Com a crescente afluência a este espaço de espetáculos, e elevado risco de incêndio, o que sucede de facto a 20 de março de 1872<sup>81</sup>, Agostinho A. Lopes Cardoso constrói um novo em alvenaria, com a fachada em madeira e zinco, projetando-se a inserção de uma ordem de camarotes, permitindo acolher espetáculos de um teatro de 3ª classe<sup>82</sup>. É inaugurado a 28 de dezembro de 1872 com um espetáculo dos irmãos Dallot, ginastas e acrobatas afamados que se instalaram em Portugal na segunda metade do século XIX. Renomeado em 1975 como Teatro de Variedades, passará a exibir peças de teatro até à década de 1890, acolhendo vários atores que trabalhavam no Teatro da Trindade, que sofrera um incêndio nesse ano<sup>83</sup>.

Em 1882 é alocada a Cozinha Económica, servindo-se refeições diárias acessíveis, cofinanciadas pelo município<sup>84</sup>. No interior da cerca instala-se igualmente o Mercado dos Ferros Velhos, substituindo a Feira da Ladra existente junto à Porta do Olival, onde se comercializavam velharias<sup>85</sup>, havendo já uma proposta anterior, no seguimento do *Plano de Melhoramentos da Cidade* de 1881<sup>86</sup>, o supramencionado mercado coberto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convento das Carmelitas, enquanto complexo arquitetónico de dimensões consideráveis, contribui para a formação e transformação da área urbana em que se insere, correspondendo às diferentes fases de evolução da cidade. Construído no período de expansão extramuros, correspondente à

81 “Efemérides portuenses: novembro”, *O Tripeiro*, série VI, ano XII (1972), 92.

82 Daniel Rodrigues Micaelo Rosa, “O Bairro Teatral: Recreio da Vida Portuense”, (tesis doctoral, Lisboa, 2013), 131.

83 António Sousa Bastos, *Carteira do Artista*, (Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1898).

84 José Rio Fernandes. “O Bairro das Carmelitas”, *O Tripeiro*, 7ª série, ano 12, n.º 11 (1993), 346.

85 *Ibidem*.

86 Pereira, “Os conventos do Porto...”, 294, 301-302.

construção dos demais mosteiros no bairro do Olival, entre o final do século XVI e o início do XVIII, o Convento de S. José e de Santa Teresa é iniciado em 1702, com a sua cerca a ser delimitada em 1704. Permanecerá ativo no início das transformações urbanas da cidade, conhecido como a época dos Almadas, sendo várias as ações empreendidas junto ao convento, destacando-se a regularização das vias e a edificação de moradias, nomeadamente através da construção municipal de vinte e seis barracas para a prática de comércio, a nascente da cerca, no primeiro quartel do século XIX; e de um conjunto de moradias, a sul, patrocinadas pelas religiosas carmelitas, em 1829, assumidas como prédios de rendimento, contribuindo para a estruturação urbana. Com o fim do antigo regime e o início de um novo período sociopolítico, o convento acompanha igualmente a mudança de paradigma, sendo nacionalizado, em 1833, e posteriormente arrendado a instalações e serviços vários, entre as décadas de 1830 e 1890, com destaque para a instalação do teatro-barraca, em 1860, substituído por um edifício mais condigno, em 1872, e funcionará até 1890. Destaca-se igualmente o parcelamento de terrenos privados confrontantes a norte com o terreno das carmelitas, em 1830, originando a construção de prédios de rendimentos entre a Praça de Santa Teresa e a Rua da Fábrica.

O estudo contribui assim para a compreensão da organização espacial do convento, seguindo princípios gerais dos conventos femininos e da ordem a que pertence, assim como as campanhas de afornoseamento e modernização da cidade, atendendo à salubridade, circulação e qualidade de vida dos cidadãos, plasmados no *Plano de Melhoramentos* e nos projetos associados, como é o caso do Mercado das Carmelitas. Embora este projeto não seja concretizado, o quarteirão vem a ser arrasado e reorganizado, com projeto de 1903, dando lugar ao novo Bairro das Carmelitas, respondendo a novos ideais e estilos de vida.

Neste sentido, contribuem para a transformação urbana tanto a construção de com-

plexos conventuais, através da dinamização da área em que se implantam, servindo de elemento atrativo, como a desamortização dos bens das Ordens Religiosas, através da posterior venda em hasta pública ou desmantelamento, possibilitando novas edificações e a urbanização/parcelamento da área.

## FONTES

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Cópia de planta para a construção de oito moradas de casas que a Madre Priora e mais religiosas do Convento das Carmelitas [...] pretendem fazer [...]*, 1829. Plantas de casas. D-CMP/7(1) - f. 36 (id. 422325).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Editorial de 29 de Dezembro de 1841*, 1841. Próprias. A-PUB/833 - fl. 157 (id. 754443).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Licença de obra n.º 214/1900*, 1900. Plantas de casas. D-CMP/7(163) - f. 93-97 (id. 72781).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Plano do extinto Convento das Carmelitas e cerca imediata*, 18???. [Projetos sem seguimento e duplicados]. D-CDT/A3-550 (id. 424494).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Plano topográfico exigido pela Ilustríssima Câmara Municipal [...] para mostrar alguns alinhamentos em projeto e aprovados*, 1834. Livros de plantas. D-CDT/A3-186 (id. 333131).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Planta baixa que mostra a figura que tem a Praça do Pão, Rua do Moinho de Vento e Praça de Santa Teresa*, 1818. Livro de plantas. D-CDT/A3-38 (id. 327989).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Planta da fonte e tanque que se vão construir junto ao muro das Religiosas Carmelitas*, 1822. Livros de plantas. D-CDT/A3-38 (id. 328185).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Planta e perfil do novo aqueduto [...]*, 1809. Livros de plantas. D-CDT/A5-11 (id. 331960).

Arquivo Histórico Municipal do Porto. *Projeto para o Mercado das Carmelitas*, 1888.

- [Plantas e projetos diversos]. D-CDT/A5-25 (id. 538804).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Nossa Senhora da Vitória, Porto. Memórias Paroquiais*, vol. 30, n.º 231b, 1697-1720.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *Santo Ildefonso, Porto. Memórias Paroquiais*, vol. 30, n.º 231a, 2649-1696.
- Barros, José Augusto Correia de. *Plano de Melhoramentos da cidade do Porto*. Porto, 1881.
- Costa, Agostinho Rebelo da. *Descrição topográfica, e histórica da cidade do Porto*. Porto: Officina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789.
- Costa, João Thomaz. *Relatorio da commissão nomeada pela Exc.ma Camara Municipal do Porto para dar parecer sobre a escolha do local mais conveniente para a construcção d'um edificio destinado aos Paços do Concelho e sobre a construcção de um mercado no terreno das Carmelitas*. Porto, 1891.
- Pereira, Firmino. *O Porto d'Outros Tempos*. Porto: Livraria Chardron, 1914.
- Sacramento, João do. *Chronica de carmelitas descalços: particular da província de S. Philippe do reyno de Portugal [...], Tomo II*. Lisboa: Officina Ferreyrenciana, 1721.
- Santa Ana, Belchior de. *Chronica de carmelitas descalços: particular da província de S. Philippe do reyno de Portugal [...], Tomo I*. Lisboa: Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1675.
- Silva, Manuel da Mota e. *Galeria das Ordens Religiosas e Militares desde a mais remota antiguidade até aos nossos dias*. Porto: Typographia na Rua Formosa, 1843.
- "Theatro das Carmelitas". *O Comércio do Porto*, 12 de enero de 1871.
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**
- Andresen, Teresa y Marques, Teresa Portela. "A Cerca: uma paisagem entre o sagrado e o profano". *Monumentos: Revista semestral de edifícios e monumentos*, n.º 20 (2004), 8-19.
- Bastos, António Sousa. *Carteira do Artista*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1898.
- "Efemérides portuenses: novembro". *O Tripeiro*, série VI, ano XII (1972).
- Ferrão, Bernardo y Távora, Fernando. *Projeto e transformação urbana do Porto na época dos Almadas: 1758-1813: uma contribuição para o estudo da cidade Pombalina*. Porto: FAUP Publicações, 1989.
- Fernandes, José Rio. "O Bairro das Carmelitas". *O Tripeiro*, 7ª série, ano 12, n.º 11 (1993).
- Ferreira-Alves, Joaquim Jaime. "O Porto na Época dos Almadas (1757-1804) – Arquitetura e Obras Públicas". Tesis doctoral. Universidade do Porto, 1987.
- Ferreira-Alves, Joaquim Jaime. "Arquitectos/Riscadores, Artistas e Artífices que trabalharam na Sé do Porto nas obras promovidas pelo Cabido durante a Sede Vacante de 1717 a 1741". En *Artistas e Artífices e sua Mobilidade no Mundo de Expressão Portuguesa*, coordinado por Natália Marinho Ferreira-Alves. Porto: CEPSE, 2007.
- Ferreira, Nuno y Rocha, Manuel Joaquim Moreira da. "Etapas de consolidação da paisagem urbana do Porto contemporâneo da programação dos Almadas ao plano de 1952". *Revista CEM*, n.º 5 (2013).
- Freitas, Eugénio da Cunha e. *Toponímia portuense*. Matosinhos: Contemporânea, 1999.
- Gomes, Paulo Varela. "As igrejas conventuais de Freiras Carmelitas Descalças em Portugal e algumas notas sobre arquitectura de igrejas de freiras". En *Museu*, 4.ª série, n.º 9 (2000).
- Jacquinot, Maria Luísa. "Corpos de clausura. Reflexões sobre a arquitectura monástica feminina na época moderna". *Revista digitAR*, n.º 2 (2015).
- José Pedro de Galhano Tenreiro. "O Bairro das Carmelitas, no Porto: notas sobre o

- seu processo de loteamento". ROMANTHIS – História, Arte, Cultura e Património do Romantismo, n.º 2 (2023).
- Marinho, Lúcia. "Santa Teresa de Jesus na azulejaria e pintura do século XVIII". Tesis doctoral. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018.
- Marçal, Horácio. "Os antigos serviços postais do Porto". *O Tripeiro*, série V, ano XV (1959).
- Melo, Arnaldo Sousa. "Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320 – c. 1415". Tesis doctoral. Universidade do Minho, 2009.
- Moynihan, Elizabeth B.. *Paradise as a garden in Persia and Mughal India*. New York: George Braziller, 1979.
- Pereira, Ana Cristina da Cunha. "Os conventos do Porto. Descontinuidades, transformação e reutilização". Tesis de máster. Universidade do Porto, 2017.
- Pinho, Isabel Tavares de. "As Carmelitas do Desterro de Viana do Castelo". *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*, I série, vol. VII-VIII (2009).
- Pinto, F. Oliveira. "Casas do Correio no Porto". *O Tripeiro*, Série Nova, ano XXII (2003).
- Rebelo, Elvira Maria Almeida. "Da clausura ao século: o destino de dois espaços conventuais do Porto". Tesis de máster. Universidade do Porto, 2001.
- Reis, Henrique Sousa. *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Vol. IV. Porto: Biblioteca Municipal, 1999.
- Ribeiro, Maria do Carmo y Melo, Arnaldo Sousa. "A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa". En *Evolução da Paisagem Urbana: sociedade e economia*, coordinado por Ribeiro, Maria do Carmo Franco y Melo, Arnaldo Sousa. Braga: CITCEM, 2012.
- Rodrigues, Rute Massano. "Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)". Tesis doctoral. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017.
- Ronchetti, Constanza. "Do jardim místico ao jardim profano: para uma leitura dos jardins medievais portugueses". *Revista de História da Arte*, nº 7 (2009). 264-281.
- Rosa, Daniel Rodrigues Micaelo. "O Bairro Teatral: Recreio da Vida Portuense". Tesis doctoral. Universidade de Lisboa, 2013.
- Silva, António Martins. "A venda dos bens nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835". *Revista Portuguesa de História*, tomo XIX. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1981.
- Tenreiro, José Pedro de Galhano, "O Bairro das Carmelitas, no Porto: notas sobre o seu processo de loteamento". ROMANTHIS, nº 2 (2023). 156-189.
- Tavares, Rui. *Recentrocidade. Memória e Re-fundação Urbana – Território. Cidade. Arquitectura*. Porto: Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2013.